



Número: **0869355-57.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **17ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **27/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 12.150,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE RAFAEL DOS SANTOS (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
BRADESCO SEGUROS S/A (RÉU)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18506236	27/12/2018 19:42	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
18506239	27/12/2018 19:42	<a href="#">bo</a>	Outros Documentos
18506240	27/12/2018 19:42	<a href="#">DOCS</a>	Outros Documentos
18506242	27/12/2018 19:42	<a href="#">LM</a>	Outros Documentos
18506244	27/12/2018 19:42	<a href="#">JOSE RAFAEL DOS SANTOS</a>	Outros Documentos
19004131	04/02/2019 17:18	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
20610515	17/04/2019 11:53	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

ANEXO





**BOLETIM DE Ocorrência POLICIAL**

Livro nº 001/2018  
Ocorrência nº. 015/2018

Aos 17 dias de ABRIL de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de RIO TINTO/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **NORIVAL GOMES PORTELA FILHO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevê(o) AD-HOC, aí, por volta 10h:50min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

JOSÉ RAFAEL DOS SANTOS, conhecido por , Identidade nº 003.140.573-SSP/PB, CPF nº 016.678.254-88, nacionalidade brasileiro, estado civil: união estável, profissão: electricista, filho(a) de Francisco Rafael Dos Santos E Maria Do Ceu Rodrigues Dos Santos, natural de Natal/RN, nascido(a) em 08/01/1995 (23 anos de idade), do sexo MASCULINO, residente e domiciliado(a) no(a) Aldeia Alto Do Tambar( Antiga Aldeia Galego - Proximo Ao Pagé Antonio, tendo como ponto de referência: ZONA RURAL, na cidade de BAIÁ DA TRAIÇÃO/PB, fone(s) para contato: 83 98891-0896.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE MOTO;
- 2) DATA DO FATO: 13 de 10 de 2017;
- 3) HORÁRIO: 22h:0min;
- 4) LOCAL: Baía da Traição/PB.

5) BREVE RESUMO DO FATO:

Que, no dia 13/10/2017, por volta das 22:00 horas, na rua Matias Freire – centro – Baía da Traição/PB, sentido Praça /Aldeia Forte, nas proximidades da Vila Campinense;QUE, de acordo com o noticiante o mesmo teria cochilado pilotando a moto: HONDA CG 150 TITAN EX, ANO/MODELO 2014, COR PRETA, PLACA NQF7052/PB, CHASSI Nº 9C2KC1660ER516860, RENAVAL Nº 0099511783-7, PERTENCENTE A PESSOA DE INUALDO DE ARAUJO DELFINO, amigo do noticiante, causando o acidente que vitimou o noticiante;QUE, de acordo com o noticiante o mesmo teve TRAUMATISMO CRANIANO, conforme laudo apresentado nesta Delegacia;QUE, o noticiante teria sido socorrido pela ambulância da Prefeitura Municipal de Baía da Traição/PB, trazido para o HGM em Mamanguape/PB e delá encaminhado na Ambulância do SAMU para a cidade de João Pessoa/PB, para o Hospital de Emergência e Trauma Senador humberto Lucena, onde permaneceu internado durante 27(vinte e sete) dias;QUE, o noticiante declara não ser pessoa legalmente habilitada, não possuindo CNH.

6) OBSERVAÇÕES:

QUE, o noticiante apresentou os documentos originais da moto e seus documentos pessoais, juntamente com o laudo original do HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA EM JOÃO PESSOA/PB.



Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### SINISTRO 3180349338 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE RAFAEL DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSE RAFAEL DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 01667825488

Posição em 17-10-2018 14:09:45

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Clique [Aqui](https://www.segri.com.br) (<https://www.segri.com.br>) para atualizar seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
18/10/2018	R\$ 1.350,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350,00

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
09/10/2018	Interrupção de Prazo	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/utKZnf4rsAAiMkrHaUQPWA?api_key=gETloeUkl8DXJyDgZdZdyK____4giel1Ov7zN9Upf9QfM=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/utKZnf4rsAAiMkrHaUQPWA?api_key=gETloeUkl8DXJyDgZdZdyK____4giel1Ov7zN9Upf9QfM=</a>
05/09/2018	Exigência Documental	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/WLlqwjw9xfDGdIYt4AHnTA?api_key=gETloeUkl8DXJyDgZdZdyK____4giel1Ov7zN9Upf9QfM=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/WLlqwjw9xfDGdIYt4AHnTA?api_key=gETloeUkl8DXJyDgZdZdyK____4giel1Ov7zN9Upf9QfM=</a>
04/08/2018	Exigência Documental	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/yqe0NANRBBBE1bjnnf3J8w?api_key=gETloeUkl8DXJyDgZdZdyK____4giel1Ov7zN9Upf9QfM=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/yqe0NANRBBBE1bjnnf3J8w?api_key=gETloeUkl8DXJyDgZdZdyK____4giel1Ov7zN9Upf9QfM=</a>
04/08/2018	Aviso de Sinistro	<a href="https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/WS__gtMFhL831UDNfdiohKA?api_key=gETloeUkl8DXJyDgZdZdyK____4giel1Ov7zN9Upf9QfM=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/WS__gtMFhL831UDNfdiohKA?api_key=gETloeUkl8DXJyDgZdZdyK____4giel1Ov7zN9Upf9QfM=</a>

ACESSIBILIDADE



## *Duarte e Silva Advogados Associados*

Rua Agente F. José Costa Duarte, 157/sala 06 - Mangabeira, João Pessoa/PB  
(83) 98832-9676. (83) 99705-5363. (83) 98660-2858.

### PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

98871-6237

CONTRATANTES:

98793-8749

NOME Jose Rafael dos Santos TELEFONE 98891-0896

ESTADO CIVIL unido PROFISSÃO eletricista

CPF 016.678.254-88 RG 003.140.573 ENDEREÇO

Aleia Alto do Tambor, Zona Rural, Baía da Traição,

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

### GRATUIDADE JUDICIÁRIA

**Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

(OUTORGANTE) Jose Rafael Dos Santos





13/10/17

1033912

104801

Maio

08/01/1993



LINDOMAR DA SILVA FIDELIS  
ALDEIA GALEDO, S/N - APEA RURAL  
BAIA DA TRAIÇÃO / PB CEP: 58225-000 (AG 14)  
Emissão: 25/06/2018 Referência: Jun / 2018  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIAX RENDA 110 MONOFASICO  
Roteiro: 14 - 15 - 257 - 150 Nº medidor: 02001295555

**energisa**  
ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Km 25 - Grupo Retenfor - João Pessoa / PB - CEP: 58071-680  
CNPJ: 20.916.512/0001-40 Insc. Est. 18.015.923-0  
Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica Nº: 008.540.204  
Cód. para Deb. Automático: 00011363827

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI  
Jun / 2018 25/06/2018 25/07/2018 13527809848  
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1136382-7

Canal de contato  
- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.428, de 26 de abril de 2002

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
24/05/18	5547	25/06/18	5733	32
Demonstrativo				
CCF Descrição	Quantidade (kWh)	Valor Base (R\$)	Alíquota (R\$)	Valor Base (R\$)
0601 Consumo até 50 kWh-BR	50,000 0,000020	0,00	0,00 27	0,00
0601 Consumo - 51 a 100 kWh-BR	50,000 0,427820	21,39	21,39 27	5,77
0601 Consumo - 101 a 220 kWh-BR	57,000 0,841420	33,99	33,99 27	9,18
0601 Adic. B. Amarela		0,22	0,22 27	0,06
0601 Adic. B. Vermelha		4,54	4,54 27	1,22
0610 Subsídio		80,55	80,55 27	18,38
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0801 CONTRIBUIÇÃO ILUM PÚBLICA		13,80	0,00 0	0,00
0804 JUROS DE MORA 05/2018		0,04	0,00 0	0,00
0805 MULTA 05/2018		0,23	0,00 0	0,00
0806 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/2018		0,05	0,00 0	0,00
0905 Devolução Subsídio		-41,22	0,00 0	0,00

CCF Código de Classificação do Item TOTAL 93,49 120,78 92,81 122,75 1,08 5,01

Média últimos meses (kWh) 57  
**VENCIMENTO 02/07/2018**  
**TOTAL A PAGAR R\$ 93,49**

Histórico de Consumo (kWh)

32	63	1	57	149	65	30	53	51	111	1	52
Jun/17	Jul/17	Ago/17	Sep/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18

RESERVADO AO DEB. cefe:e42e.5093.991b.ff30.c736.800c.f3c3.

Indicadores de Qualidade				Discriminação		Valor (R\$)	%
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)					
DIC MENSAL	3,32	NOMINAL	720	Geração de Dist. da Energia	14,26	15,20	
DIC TRIMESTRAL	12,54			Compra de Energia	20,55	21,55	
DIC ANUAL	25,09			Servço de Transmissão	2,16	2,23	
FIC MENSAL	3,81			Encargos Setoriais	57,52	58,29	
FIC TRIMESTRAL	12,22	CONTRATADA	202	Impostos Omitos e Encargos	0,00	0,00	
FIC ANUAL	14,45	Limite Inferior	221	Outros Serviços			
DMC	3,71						
DICRI	12,22	Limite Superior	221				
				Total	93,49	100,00	

ATENÇÃO  
- Sua unidade foi faturada como B. em atraso, tendo um desconto de R\$41,23  
- Leitura confirmada

Faturas em atraso





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE José Rafael dos Santos  
DATA DE NASCIMENTO 08/01/95  
NOME DA MÃE Maria do Ceu Rodrigues dos Santos

### DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 104801  
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1033912  
DATA DO ATENDIMENTO 13/10/17  
HORA DO ATENDIMENTO 02:09  
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto  
DIAGNÓSTICO (S) Trauma craniano  
CID 10 S06.2

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, trazido pelo SAMU, vítima de acidente de moto, sem cacetete, entubado, glasgow 10 na cena, no momento glasgow 1, pupilas iso/foto. Avaliado pela Neurocirurgia e internado para tratamento especializado

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC de crânio

### RESULTADOS DOS EXAMES:

TC: HSAT direita, swelling + hemossinus esfenoidal e etmoidal

### TRATAMENTO:

Implante de cateter de PIC

ALTA HOSPITALAR: 28/10/17  
DATA DA EMISSÃO: 08/03/17

Dr. Juan Jaime Alcoba Arce  
CRM: 3323/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





**Dra. Arleide Andrade Medeiros**  
**CRM/PB 11.289**

Paciente: JOSÉ RAFAEL DOS SANTOS

**LAUDO MÉDICO.**

O paciente JOSÉ RAFAEL DOS SANTOS, foi vítima de acidente de trânsito em 12/10/2017, em decorrência do qual sofreu múltiplas lesões e traumatismo intracraniano.

O paciente foi conduzido ao HETSHL para tratamento das lesões em 13/10/17, tendo recebido alta hospitalar em 28/10/2017, sendo diagnosticado traumatismo cerebral difuso.

Do exame clínico e dos demais documentos médicos do paciente, vê-se intensa limitação para o exercício das atividades habituais em face da lesão sofrida,

CID 10: S 06.2

João Pessoa, 17 de setembro de 2018.

Dra. Arleide Andrade Medeiros  
Médica  
CRM/PB 11.289





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA DA TRAIÇÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o Sr. José Rafael dos Santos, 23 anos portador do RG: 003140573 SSP-RN, CPF: 016.678.258.8 é residente na Aldeia Galego vítima de um acidente de motocicleta no dia 12.10.2017 na Aldeia Forte Baía da Traição, que teve atendimento pela equipe da urgência Francisco Porto deste município, sendo acionado o SAMU de Mamanguape para fazer a interceptação com a equipe e sendo encaminhado para o hospital de trauma de João Pessoa pela equipe do SAMU.

*Amanda Soares Medeiros*  
AMANDA SOARES MEDEIROS  
Responsável Técnica  
COREN-PB:267.655

Baía da Traição, 16 de agosto de 2018





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**JOSE RAFAEL DOS SANTOS**, brasileiro, união estável, inscrito no RG sob o nº 003140573 SSDS/RN e CPF de nº 016.678.254-88, residente e domiciliado na aldeia galego, S/N, Área Rural, Baía da Traição/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 33.055.146/0001-93, que poderá ser citada no Parque Sólton de Lucena, nº 641, Centro, CEP 58013-131, João Pessoa – PB, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

## **1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente está sendo representado em juízo por advogado particular, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido, nesse sentido brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

## **1.2 – DO FORO**

As vítimas de acidentes de trânsito agora podem optar por acionar judicialmente a seguradora para pedir a indenização do seguro Dpvat de acordo com a cidade em que for mais conveniente. Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a competência para decidir sobre o caso pode ser **DA JUSTIÇA DO LOCAL DO ACIDENTE, DA CIDADE ONDE MORA O REQUERENTE OU DE ONDE MORA O RÉU.**

A recentíssima Súmula 540 do STJ assenta que *"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu"*

**Ementa**  
**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL**  
**REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC.**  
**AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE VEÍCULOS. SEGURO**  
**OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR**  
**VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT.**  
**DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR**  
**NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO**





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DE SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma). 2. No caso concreto, recurso especial provido. Processo nº REsp 1357813**

## **2) DOS FATOS**

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **13/10/2017**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve traumatismo cerebral difuso, **que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 1.350,00 em 18/10/2018, conforme documentação acostada.**

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

### 3) DO DIREITO

#### 3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”.** (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

#### 3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, afim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)**

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).***

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.







Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### 4) DA POSTULAÇÃO

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

**a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;

**b)** ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar a diferença devida ao promovente equivalente hoje a perícia médica, corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;

**c) a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;**

**d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 12.150,00.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 21 de março de 2018.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**ABSALÃO CORDEIRO DOS SANTOS NETO**  
**ESTAGIÁRIO**



### QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

### ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

10



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**17ª Vara Cível da Capital**

Av. João Machado, s/n, Centro, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58.013-520  
Tel.: (83) 3208-2495; e-mail: jpa.17varacivel@tjpb.jus.br

**Nº do Processo: 0869355-57.2018.8.15.2001**

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE RAFAEL DOS SANTOS

RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A

**CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DOS AUTOS**

Certifico e dou fé que nesta data faço os autos conclusos para apreciação deste MM Juízo.

João Pessoa, 4 de fevereiro de 2019

**THIAGO GOMES DUARTE**  
Chefe de Cartório





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**17ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0869355-57.2018.8.15.2001

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

**Defiro** pedido de Justiça Gratuita.

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT.

Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM).

Cite-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia, o que poderá resultar presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos.

CÓPIA DESTE DESPACHO SERVIRÁ COMO CARTA.

JOÃO PESSOA, data definida no sistema.

Juiz(a) de Direito

